

TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E O DESENVOLVIMENTO DAS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE BASEADA NOS INDICADORES DE CRESCIMENTO, SAÚDE E EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 2015 A 2020

Cordeiro, Luciana Maria Costa¹
Fonseca, Luciana Damasceno²
Silva, Junia de Souza³
Soares, Luiza Vita⁴
Fialho, Tânia Marta Maia⁵
Santiago, Wagner de Paulo⁶

RESUMO

Para cumprir suas funções, o setor público precisa de receitas, que em âmbito municipal são próprias ou de transferências. O objetivo do trabalho consiste em analisar a relação entre os indicadores de saúde, educação e PIB *per capita* com as transferências do estado de Minas Gerais e o desenvolvimento das mesorregiões, considerando os repasses fiscais do Estado e da União no período de 2015 a 2020. Os resultados indicam um ciclo virtuoso na relação entre os repasses do Estado e o crescimento econômico, e um ciclo vicioso entre repasses do setor público, e a evolução das variáveis de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Educação. Mesorregiões. Municípios. Saúde. Transferências.

Área Temática: Economia

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

¹ Doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Universidade Estadual de Montes Claros, e Bolsista Fapemig.

³ Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Universidade Estadual de Montes Claros, e Bolsista Fapemig.

⁴ Graduanda em Economia pela Universidade Estadual de Montes Claros, e Bolsista Fapemig.

⁵ Doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

⁶ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

O governo existe para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado, que não é capaz de desempenhar todas as suas funções em livre mercado. Portanto, tanto o governo, como as finanças públicas que estão sob sua diligência, são necessários por questões técnicas (Giambiagi; Além, 2011). O Estado busca através de sua política fiscal, abranger três funções: alocativa, distributiva e estabilizadora. As suas ações visam o fornecimento dos bens públicos, o ajuste na distribuição de renda, para que esta ocorra de forma justa; bem como visando, a redução de desemprego, estabilidade de preços e crescimento econômico (Matias-Pereira,2012).

Para cumprir com suas funções, o setor público tem sua principal fonte de recursos através da arrecadação tributária, que ocorre de forma direta ou indireta, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, incidindo sobre a renda, o patrimônio e o consumo. O artigo 145 da Constituição Federal de 1988 dispõe que estes poderão instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuição de melhoria (Brasil, 1988; Giambiagi; Além, 2011). As receitas municipais podem ser próprias ou de transferências, as primeiras são arrecadadas pelos municípios por meio dos tributos. Uma parcela das receitas arrecadadas pela União é transferida aos Estados e Municípios, sendo este um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais. Cabe ao Tesouro Nacional efetuar essas transferências nos prazos e conforme a regulamentação constitucional. Dentre as principais transferências destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE; e o Fundo de Participação dos Municípios – FPM (Brasil,2023).

O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional (CF, Art.159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de parte da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos Municípios é realizada de acordo com o número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual (Lei n.º. 5.172/66 e Decreto-Lei N.º 1.881/81). Os Estados também devem repassar aos municípios parte de sua receita arrecadada com o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI transferida pela União aos Estados proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (Minas Gerais, 2023). De acordo com Vieira et al. (2017) as transferências a municípios de pequeno porte resultam em maior capacidade de conversão desses recursos em serviços públicos que proporcionam maior desenvolvimento socioeconômico da região. A avaliação e acompanhamento da gestão desses recursos no atendimento às principais demandas da população pode ser determinante para o desenvolvimento socioeconômico.

Com a Constituição Federal de 1988 o Brasil promoveu maior descentralização dos níveis de governo, o que aumentou as responsabilidades municipais, resultando em um maior volume de transferência de recursos dos níveis superiores para os municípios, e consequentemente maior dependência destes em relação aos Estados e União (Silva; Quintela;Vieira, 2018). De acordo com Galvarro et al. (2009) a maioria dos municípios brasileiros enfrenta problemas com a insuficiência de recursos próprios para financiar suas atividades, o que eleva as desigualdades regionais, e como citado, torna os municípios cada vez mais dependentes dos repasses dos entes federados (União e Estado). Um estudo realizado por Rodrigues et al. (2021), indicou relação significativa e positiva entre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o desenvolvimento, demonstrando que há evidências de que essa transferência foi importante para atenuar as desigualdades socioeconômicas existentes nos municípios brasileiros. Já o estudo de Caetano, Ávila e Tavares (2017), demonstrou que não há associação entre o grau de autonomia financeira e os investimentos em educação, o principal resultado é de que o quantitativo de receitas tributárias e o percentual adicional de investimento em educação não impactam o índice de educação.

Apesar da existência destes e de outros trabalhos, ainda são escassas as pesquisas que correlacionam essas transferências ao desenvolvimento dos municípios e de mesorregiões. Assim, se propõe investigar através desse estudo o seguinte problema de pesquisa: Qual a relação entre os

indicadores de saúde, educação e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* com as transferências do estado de Minas Gerais e o desenvolvimento de suas mesorregiões de abrangência, considerando os repasses fiscais do Estado e da União no período de 2015 a 2020? O objetivo do trabalho consiste em analisar a relação entre os indicadores de saúde, educação e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* com as transferências do estado de Minas Gerais e o desenvolvimento das mesorregiões, considerando os repasses fiscais do Estado e da União no período de 2015 a 2020.

Este estudo é importante porque contribui para a formulação e implementação de políticas públicas que buscam reduzir desigualdades sociais e econômicas. Além disso, espera-se que o estudo estimule debates acadêmicos sobre temas relacionados à pesquisa, visando explicar os fatores que afetam o desenvolvimento socioeconômico das regiões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO DE PESQUISA

2.1- As finanças Públicas na perspectiva da eficiência

Falar em finanças públicas exige tratar sobre aspectos que levam à melhor compreensão sobre a forma como o Estado procura gerenciar seus custos de maneira eficiente, visando atender às necessidades da sociedade e promover o desenvolvimento econômico. Assim, ao discutir as finanças públicas no contexto da eficiência, para efeitos deste estudo, vamos tratar sobre aspectos relacionados às receitas e despesas públicas, bem como, sobre o endividamento público e a gestão fiscal e o papel das políticas fiscais em direção à eficiência das contas públicas, conforme tem sido abordado por alguns autores em seus estudos sobre o tema.

Conforme Musgrave e Musgrave (2017) através das receitas públicas o Estado detém os recursos financeiros necessários para realizar a sua gestão, essa arrecadação se dá por meio de impostos, taxas, contribuições, transferências e outras fontes de renda. Sua eficiência depende da forma como esses recursos serão utilizados para atender às necessidades públicas e ao mesmo tempo visando a redução de impactos negativos sobre a atividade econômica, dado o impacto fiscal dessa arrecadação.

Em se tratando das despesas públicas, para as quais as receitas serão utilizadas como aporte, conforme Stiglitz e Rosengard (2015), compete ao estado financiar suas atividades e políticas públicas, adotando uma alocação eficiente dos recursos para setores prioritários como educação, saúde, segurança e infraestrutura, de forma a maximizar o bem-estar social.

Considerando os aspectos relacionados à arrecadação e gastos, inerentes à própria ação do estado, visando o alcance de sua eficiência fiscal, tendo como objetivo atender às metas de políticas macroeconômicas o Estado pode incorrer em endividamento público, momento em que toma empréstimos para financiar despesas que não podem ser cobertas pelas receitas. Esse tipo de endividamento é tratado pelo estado como uma ferramenta útil para financiar investimentos produtivos. Deve-se destacar que essa ação baseada no maior endividamento público, é vista por alguns autores como uma ação de risco para o governo, podendo inclusive comprometer sua sustentabilidade fiscal a longo prazo. (Blanchard e Illing, 2019)

Para algumas vertentes a eficiência da ação do Estado na utilização de receitas e despesas, depende do formato da gestão fiscal, a qual se pressupõe essencial para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e a capacidade do Estado em cumprir suas funções. Nessa perspectiva, autores como Tanzi e Schuknecht (2000), têm discutido sobre a importância da utilização de mecanismos de controle e transparência nas finanças públicas para evitar desvios e garantir a prestação de contas à sociedade.

De forma a evitar um gasto excessivo, em que o Estado estará mais vulnerável em relação a seus indicadores de endividamento, sua eficiência para alguns autores pode ser acionada via instrumento fiscal, ou seja via política fiscal, através do qual o Estado influencia a economia por meio das funções de arrecadação e dos gastos públicos, cabendo portanto ao governo planejar suas ações na

perspectiva fiscal, visando estimular o crescimento econômico, reduzir as desigualdades sociais e estabilizar a economia, dada sua relevância em termos de metas de política econômica, conforme destacado por Mankiw (2022).

Logo compreende-se em perspectiva conceitual, a partir dos estudos sobre as finanças públicas, que as finanças do Estado desempenham um papel central no gerenciamento dos recursos públicos e na formulação de políticas para promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico. A literatura sobre o tema destaca a importância de uma gestão fiscal eficiente, justa e transparente, capaz de equilibrar a necessidade de arrecadar recursos com o estímulo ao crescimento econômico e a garantia de justiça social, incorrendo em menores riscos, mediante ações de responsabilidade fiscal, sempre que necessário.

Neste seguimento, entende-se que o Estado deve fazer funcionar de forma adequada a sua atividade em relação às finanças públicas, a fim de que os serviços públicos sejam ofertados nos termos presentes na Constituição Federal (1988) sobre a administração pública que envolve a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, compete ao Estado ações de responsabilidade e compromissos com a sociedade. Para tanto, diversas teorias econômicas têm servido de base para explicar as finanças públicas, em seu papel sobre o crescimento e bem estar econômico. Entre elas pode-se destacar os trabalhos de Smith (1776) que defendia um Estado Mínimo e Keynes que recomendou a intervenção do estado na economia para atenuar as flutuações e situações de insuficiência de demanda efetiva.

A maneira como o governo faz a gestão de recursos entre receitas e gastos, exige aprofundar em conceitos teóricos de política econômica estabelecidos, a fim de que se possa avaliar a sustentabilidade do endividamento do setor público, tendo como perspectiva o seu resultado sobre o bem estar econômico, com destaque para o crescimento e por sua vez desenvolvimento econômico regional.

2.2- O estado como intermediador ou promotor do processo de desenvolvimento regional: fundamentações baseadas na perspectiva da política econômica em suas vertentes clássica e Keynesiana.

Em perspectiva clássica verifica-se nas obras de Smith (1776) e Ricardo (1817) uma tendência natural ao equilíbrio no mercado, em que se pressupõe a “mão invisível” conforme destacado por Smith, a condição auto-reguladora eficiente do equilíbrio econômico, dado via prática de um sistema de concorrência perfeita. Ricardo reforça o não intervencionismo do governo ao destacar a questão tributária como um instrumento de ineficácia da política fiscal, tendo em vista que o capital poderia ser estimulado sem barreiras ou imposições por meio de impostos, o quais eram tidos como redutores do processo de acumulação capitalista, por recaírem diretamente sobre o capital ou rendimento.

Nesta linha clássica de pensamento sobre o papel do Estado na gestão pública, enquanto Smith (1776) discute a importância da responsabilidade fiscal para o bem-estar econômico de uma nação, ao enfatizar a importância de uma gestão prudente das finanças públicas para evitar desequilíbrios fiscais prejudiciais para a economia, na mesma linha, Ricardo (1817), destacou em seu estudo que o endividamento público pode ter consequências negativas para a economia se não for gerenciado adequadamente. Para o autor, um alto nível de endividamento pode levar a aumentos de impostos e, por consequência, a desincentivos à produção e ao investimento.

Ainda, em termos da economia clássica, conforme observa-se na obra de Barro (1989) no que denominou como proposição Ricardo-Barro, o consumidor ao receber uma redução tributária por parte do governo, caso não tenha credibilidade na ação do governo, poderá utilizar esse recurso para poupar no momento presente, essa poupança inviabilizaria a receita do governo e por sua vez sua perspectiva de gasto, como também impossibilita o retorno dessa isenção de tributos sobre o consumo.

Conclui-se de forma sumária que os autores clássicos discutem a importância de uma gestão responsável do endividamento público para evitar consequências negativas para a economia, como altos níveis de impostos ou insustentabilidade fiscal. Esses princípios continuam relevantes para os debates contemporâneos sobre a relação entre o Estado e o processo de endividamento público.

Em contrapartida aos argumentos clássicos sobre a gestão pública do Estado, verifica-se a obra de Keynes (1936) ao destacar o papel do Estado em termos de sua arrecadação e sobretudo de seu gasto, o qual ao estimular a demanda ou promover uma política tributária favorável, estará exercendo um importante papel multiplicador sobre a renda da economia, ainda que em uma perspectiva de curto prazo. Conforme Blanchard e Illing (2019), o multiplicador keynesiano indica que um aumento nos gastos públicos pode gerar um efeito multiplicador sobre a economia, resultando em um aumento mais significativo no produto nacional.

Keynes apresenta uma maior efetividade do Estado como estabilizador do equilíbrio econômico, dado que o gasto governamental é tido como um instrumento de ativação do investimento privado, atuando como compensador das ineficiências do mercado na relação de produção.

Autores keynesianos defendem que, ao investir em setores estratégicos como infraestrutura, saúde, educação e habitação, o Estado pode promover o pleno emprego e estimular a atividade econômica. Conforme Mankiw (2022), ao direcionar os gastos para setores com alta elasticidade de emprego, o Estado pode maximizar o impacto dos investimentos em termos de geração de empregos.

Apesar da defesa dos gastos públicos como ferramenta de estímulo econômico, algumas vertentes em perspectiva keynesiana também reconhecem a importância de manter a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Por exemplo, Stiglitz e Rosengard (2015) apontam que, enquanto os gastos públicos podem ser eficazes para impulsionar a economia em momentos de crise, é necessário equilibrar as contas públicas para evitar problemas fiscais no futuro.

Ainda, sobre as vertentes keynesianas de pensamento, segundo Santos (2001) e Oreiro e Paula (2003), existe uma relação entre proporção da dívida pública e o crescimento do PIB, sendo o governo ator importante na promoção do crescimento econômico, políticas fiscais contracionistas podem fazer com que haja diminuição no crescimento do PIB juntamente com um aumento da proporção da dívida pública, como observado no período de 1998 a 2003 no caso do Brasil. Para ser capaz de cumprir seus compromissos públicos, sem depender da arrecadação, o governo pode recorrer a financiamento de terceiros, a sustentabilidade da dívida é garantida quando as receitas futuras menos as despesas futuras do governo, oferecem ao governo capacidade de quitar estas obrigações; para que o governo consiga cumprir essas obrigações é necessário que este mantenha um certo superávit primário levando em consideração a dívida pública líquida como proporção do PIB e também o crescimento deste (Oreiro, Paula, 2003; Costa, 2009).

A literatura keynesiana enfatiza a importância do Estado na promoção da eficiência do gasto público para estabilizar a economia e promover o pleno emprego. Ao mesmo tempo, destaca a necessidade de uma gestão cuidadosa dos recursos públicos para garantir a sustentabilidade fiscal. Os princípios keynesianos continuam sendo relevantes para o debate contemporâneo sobre políticas fiscais e a eficiência do gasto público.

Compreende-se portanto, em relação às correntes de pensamento keynesianas, que através do gasto público o governo exerce papel relevante sobre a demanda efetiva, corroborando ou mesmo substituindo em determinados momentos os gastos oriundos do investimento privado, assim o recurso gasto pelo governo deve ser transformado em renda para o agente privado, potencializando seus gastos em consumo, corroborando com um ciclo virtuoso de gastos do governo, consumo das famílias e ampliação dos investimentos produtivos privados.

A análise sobre a economia política, em vertente clássica e keynesiana, possibilita concluir que o Estado, enquanto governo, desempenha um papel central no processo de desenvolvimento regional, seja como intermediador, ao promover o bem estar social ou como promotor desse processo. Em suas diversas funções, o Estado pode contribuir para a redução das desigualdades regionais e a promoção de um crescimento mais equilibrado e sustentável entre as diferentes regiões de um país.

2.2.1- Sustentabilidade da dívida pública e seu papel no Crescimento econômico: a eficiência da política intervencionista do governo.

A eficiência na arrecadação de receitas envolve a adoção de sistemas tributários justos, transparentes e simples, que minimizem os custos de conformidade e incentivem a atividade econômica. Segundo Piketty (2021), é fundamental que os sistemas fiscais sejam progressivos, de modo a distribuir a carga tributária equitativamente entre diferentes segmentos da sociedade.

Já a eficiência na alocação de despesas públicas diz respeito à priorização de investimentos em setores estratégicos, como saúde, educação, infraestrutura e segurança, para maximizar o bem-estar social. Besley e Persson (2023) argumentam que a eficácia das despesas públicas depende da boa governança, da transparência e do controle sobre a execução orçamentária.

O controle de gastos é uma parte crucial da eficiência nas finanças públicas, pois ajuda a evitar o desperdício de recursos e a garantir que os investimentos sejam eficazes. Alesina, Favero e Giavazzi (2019) destacam a importância de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação das políticas públicas para garantir que os gastos estejam alinhados aos objetivos sociais e econômicos.

A eficiência nas finanças públicas também está relacionada à sustentabilidade fiscal, que consiste em manter um equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do tempo. Bohn (2018) argumenta que a sustentabilidade fiscal é essencial para evitar problemas econômicos futuros, como endividamento excessivo ou crises fiscais.

Compreende-se, portanto, que a eficiência nas finanças públicas é essencial para promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico sustentável. Para alcançar essa eficiência, o Estado deve adotar políticas fiscais equilibradas, com foco na otimização da arrecadação de receitas, na alocação estratégica de despesas e no controle rigoroso dos gastos. A transparência e a prestação de contas também são elementos-chave para uma gestão fiscal eficiente.

O setor público apresenta-se nesse estudo como um importante agente na promoção do crescimento econômico. Deve-se ater ao fato de que a relação entre a receita, oriunda da arrecadação governamental e suas despesas podem afetar a relação de produção da economia, ao estimular a economia através da poupança pública gerada pelos entes federados, quais sejam União, Estados e Municípios, isso em uma perspectiva de longo prazo. Também no curto prazo, o governo pode atuar como um agente importante, com potencialidade para promoção da demanda agregada, cuja ação fiscal e tributária, quando efetiva, corroboram para o crescimento econômico.

Através dos impostos o Estado consegue realizar seus propósitos, o que exige recursos que são absorvidos por meios impositivos através da ação tributária. O gasto público surge como uma meta a partir do tributo arrecadado, ou seja, o saldo observado a partir da razão entre as receitas tributárias e o gasto público, define o potencial de crescimento econômico. Assim o Gasto Público permite vislumbrar uma medida do nível de atividade econômica através do Produto Interno Bruto – PIB. O destino do gasto público pode estar voltado para infraestrutura ou gastos correntes, de forma que o gasto em infraestrutura afete de forma mais positiva o crescimento. (CEPAL, 2009, p. 03)

Por outro lado também é função do Estado primar pela responsabilidade social de seu gasto, para os quais a relação entre receitas e despesas precisam estar relacionadas aos investimentos diretos com o bem estar da população, o que exige receitas direcionadas para gastos em saúde, educação, transferência de renda para população em condição de pobreza e bem estar social de modo geral (Matias-Pereira, 2012).

Assim, com base nos estudos de Costa (2009, p. 81) a eficiência das políticas públicas depende do papel que o endividamento do setor público exercerá nessa direção. Portanto, compreende-se para efeitos desse estudo, que tratar sobre a sustentabilidade das contas do governo consiste em identificar seu papel em termos do gasto e arrecadação na perspectiva do crescimento econômico

(responsabilidade fiscal) e do bem estar social (responsabilidade social). Para verificação dessa posição deve-se avaliar os indicadores de arrecadação tributária e os gastos do setor público, de forma a identificar se os recursos públicos estão sendo aplicados em consonância com os princípios de responsabilidade do gasto público, em concatenação com o pressupostos teóricos inerentes aos princípios de economia política, quais sejam em perspectiva clássica ou keynesiana.

2.2.2- Papel do estado na perspectiva da responsabilidade fiscal e social visando o desenvolvimento econômico regional

Atuando como intermediador do desenvolvimento regional caberia ao Estado o papel de facilitar a coordenação entre diferentes agentes econômicos, políticos e sociais. Por meio de uma atuação intermediadora eficaz, o Estado pode promover sinergias entre as diversas esferas governamentais (federal, estadual e municipal), empresas privadas e organizações da sociedade civil, gerando um ambiente mais propício ao desenvolvimento regional.

De acordo com Borsatto e Zambaldi (2018), a atuação do Estado como intermediador envolve a criação de políticas públicas capazes de estimular a inovação, o empreendedorismo e a capacitação técnica. Essas políticas visam à geração de empregos de qualidade e ao aumento da competitividade das regiões.

O Estado também pode atuar como promotor do desenvolvimento regional ao direcionar investimentos estratégicos para regiões menos desenvolvidas. A promoção do desenvolvimento regional pode incluir o incentivo à produção local, a expansão de infraestrutura e a melhoria dos serviços públicos.

De acordo com Pires e Campanário (2022), o Estado pode implementar políticas de desenvolvimento territorial, como incentivos fiscais e financeiros, subsídios para setores estratégicos e investimento em infraestrutura de transportes e comunicações. Essas medidas ajudam a atrair investimentos privados para as regiões mais carentes e a melhorar o acesso a mercados nacionais e internacionais.

Além disso, a promoção do desenvolvimento regional pelo Estado pode ser alcançada através da descentralização administrativa e fiscal, permitindo que as regiões tenham maior autonomia na formulação e implementação de políticas públicas adequadas às suas particularidades. Oliveira (2020) destaca que a descentralização favorece a participação ativa das comunidades locais no processo de planejamento e desenvolvimento, garantindo maior efetividade das políticas.

O papel do Estado no processo de desenvolvimento regional é, portanto, multifacetado, cabendo a si contribuir para uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico entre as diversas regiões de um país. Para maximizar sua eficácia, é importante que as políticas públicas sejam elaboradas com base em diagnósticos precisos das necessidades regionais e em um diálogo contínuo com os agentes locais.

O Estado tem um papel crucial na promoção do desenvolvimento socioeconômico, que engloba tanto a responsabilidade fiscal quanto a responsabilidade social. Nesse sentido, é importante considerar a manutenção de uma gestão fiscal responsável e sustentável, enquanto, ao mesmo tempo, trabalha para o bem-estar social e econômico da população.

Como exemplo da importância da responsabilidade fiscal do governo, segundo Silva e Santos (2021), o Estado desempenha um papel fundamental na manutenção da estabilidade macroeconômica ao implementar políticas fiscais que evitem gastos excessivos e adotem medidas de controle da dívida pública. Essas práticas são essenciais para manter a confiança dos investidores e para garantir condições estáveis para o crescimento econômico.

Em se tratando da responsabilidade social, cabe ao estado importante papel na promoção do bem-estar social e na redução das desigualdades socioeconômicas. Isso pode ser alcançado por meio de políticas públicas que promovam a inclusão social, a justiça distributiva e o acesso universal a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança.

Pereira e Costa (2023) ressaltam que o Estado deve atuar na garantia de direitos sociais e humanos, com ênfase nas populações mais vulneráveis. Isso inclui o combate à pobreza, o incentivo à geração de empregos, e a implementação de políticas de redistribuição de renda.

Observa-se que uma abordagem integrada entre responsabilidade fiscal e social é fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social a longo prazo. Carvalho e Lima (2022) destacam que políticas fiscais equilibradas e uma abordagem justa na distribuição de recursos são fundamentais para manter um ambiente de estabilidade e crescimento, ao mesmo tempo que se garante a proteção social dos cidadãos.

A partir das observações sobre o papel do Estado visando a eficiência de seu gasto em perspectiva fiscal e social, o estudo abordará em sequência a análise da situação do Estado de Minas Gerais, considerando sua perspectiva em relação à prática da gestão pública, em nível mesorregional, com foco na eficiência fiscal e social de suas contas, observada a partir de sua relação entre a arrecadação e o gasto, tendo em vista a evolução de suas transferências para investimentos em renda, saúde e educação.

3. RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO DO GASTO PÚBLICO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: ESTUDO MESORREGIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tem-se como pressuposto deste estudo, que o Estado de Minas Gerais, tem seu esforço voltado para administração de suas contas públicas, visando sua eficiência fiscal e social. Para atingir seu propósito Minas Gerais precisa estabelecer uma relação positiva entre os repasses fiscais do Estado e da União com os indicadores de saúde, educação e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, visando o desenvolvimento de suas mesorregiões de abrangência.

Nesse contexto, a gestão fiscal eficiente implica na otimização das receitas e despesas para garantir sua sustentabilidade financeira, conforme parâmetros legais estabelecidos também pelo governo federal. Isso envolve a cobrança justa de tributos, a priorização de investimentos em setores estratégicos e o controle rigoroso dos gastos públicos.

Assim, o Estado de Minas Gerais busca implementar políticas fiscais responsáveis que sejam capazes de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, garantindo uma alocação equilibrada de recursos para atender às demandas da sociedade mineira, ao mesmo tempo em que mantém a estabilidade financeira e fiscal. O sucesso dessa abordagem é fundamental para o progresso e a prosperidade das Mesorregiões de Minas Gerais e de sua população.

Seguindo a lógica das competências fiscal e social que recaem sobre o Estado de Minas Gerais, apresentam-se informações sobre as competências tributárias, econômicas e sociais do governo de Minas, objetivando caracterizar essa economia em relação ao conceito de eficiência das contas públicas, objeto de estudo deste trabalho.

O cenário das contas públicas de Minas Gerais em uma perspectiva mesorregional reflete as características econômicas e sociais distintas de cada região do Estado. Minas Gerais é dividido em doze mesorregiões, cada uma com suas particularidades em termos de recursos naturais, atividades econômicas e necessidades da população. Isso impacta a maneira como as contas públicas são administradas em cada região.

Minas Gerais é, portanto, um estado brasileiro com grande diversidade geográfica, econômica e social. Suas mesorregiões apresentam características distintas em relação às contas públicas devido às suas atividades econômicas, grau de desenvolvimento e desafios locais.

3.1- Caracterização Tributária, Econômica e Sociais das Mesorregiões de Minas Gerais

A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas foi institucionalizada e aprovada pelo IBGE em julho de 1989. Essa nova divisão veio para complementar

as brechas que as Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas não eram mais capazes de abranger, devido às desigualdades encontradas entre as regiões, criando assim um número maior de unidades sub-regionais, o que demonstra a diversidade e dinamicidade do espaço brasileiro. A metodologia adotada para essa nova regionalização baseou-se na ideia de totalidade nacional, tendo como referência as Unidades da Federação e posteriormente por divisões sucessivas e analíticas foram identificadas as escalas regionais e subsequentes. De acordo com o IBGE (2017) Mesorregião é

uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como Mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 2017).

Ou seja, mesorregião é uma subdivisão dos Estados que reúne diversos municípios de determinada área geográfica que possuem similaridades econômicas e sociais. Tal subdivisão é usada pelo IBGE apenas para fins estatísticos. Em 1989 Minas Gerais foi dividida em 66 microrregiões e 12 mesorregiões pelo IBGE, são elas: **Campo das Vertentes** constituída por 36 municípios, **Central Mineira** composta por 30 municípios, **Jequitinhonha**, formada por 51 municípios, **Região Metropolitana de Belo Horizonte** composta por 105 municípios, **Noroeste de Minas** formada por apenas 19 municípios, **Norte de Minas** composto por 89 municípios, **Região Oeste** com 44 municípios, **Sul e Sudoeste de Minas** que é a região com maior número de municípios do Estado, 146, **Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba** que conta com 66 municípios, **Vale do Mucuri** é umas das menores regiões em número de municípios, apenas 23, **Vale do Rio Doce** região com 102 municípios, e **Zona da Mata** com 142 municípios.

Para ilustrar, apresenta-se em sequência uma visão geral sobre as contas públicas de cada mesorregião, com base em dados observados em órgãos públicos como Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais e o IBGE:

i- Campo das Vertentes: essa mesorregião tem uma economia diversificada, com destaque para a agricultura e a indústria. As contas públicas enfrentam desafios relacionados à infraestrutura e ao acesso a serviços de saúde e educação nas áreas rurais. As receitas são relativamente estáveis devido à diversidade de atividades econômicas.

ii- Central Mineira: a economia é diversificada, com destaque para os setores de serviços, comércio e indústria. As contas públicas costumam ser mais estáveis devido à concentração de recursos financeiros na região, mas os desafios incluem a alta demanda por serviços públicos de qualidade para atender à população crescente, especialmente nas áreas rurais.

iii- Jequitinhonha: é uma das mais pobres de Minas Gerais. Sua economia é baseada principalmente na agricultura de subsistência, o que limita as receitas. As contas públicas enfrentam dificuldades para investir em saúde, educação e infraestrutura.

iv- Região Metropolitana de Belo Horizonte: concentra grande parte da população do estado e tem uma economia diversificada, com destaque para serviços e indústria. As contas públicas são relativamente estáveis, mas a alta demanda por serviços públicos de qualidade exige investimentos contínuos.

v- Noroeste de Minas: essa região tem uma economia voltada para a agricultura e a pecuária. As contas públicas podem ser voláteis devido à dependência de commodities agrícolas, enfrentando desafios em infraestrutura e acesso a serviços. Trata-se portanto, de uma região mais rural, com necessidade de investimentos em infraestrutura para melhorar o acesso aos serviços públicos.

vi- Norte de Minas: é uma das mais carentes de Minas Gerais, sendo uma das menos desenvolvida economicamente, com altos índices de desigualdade social. Tem sua economia baseada na agricultura e pecuária. As contas públicas enfrentam desafios significativos devido à baixa arrecadação e às demandas sociais. O governo enfrenta desafios para proporcionar investimentos em saúde, educação e

infraestrutura para melhorar a qualidade de vida da população. Os recursos são, em geral, limitados em relação à demanda.

vii- Oeste de Minas: essa região tem uma economia diversificada, com destaque para a agricultura, indústria e serviços. As contas públicas tendem a ser estáveis, mas há desafios na infraestrutura e no acesso a serviços públicos, especialmente em áreas mais afastadas.

viii- Sul e Sudoeste de Minas: é uma região economicamente ativa, com destaque para a agroindústria, cafeicultura e pecuária, além de algumas indústrias. As contas públicas são mais equilibradas, mas há desafios relacionados à demanda por serviços públicos nas áreas rurais. As contas públicas enfrentam desafios relacionados à infraestrutura e ao acesso aos serviços de saúde e educação. No entanto, a produção agropecuária gera receitas importantes para o Estado.

ix- Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: conhecida por sua agricultura produtiva, especialmente em grãos e pecuária. As contas públicas são estáveis, mas há necessidade de investimentos em infraestrutura.

x- Vale do Mucuri: uma das regiões menos desenvolvidas do Estado de Minas Gerais, com economia baseada na agricultura de subsistência. As contas públicas enfrentam desafios para investir em serviços públicos e infraestrutura.

xi- Vale do Rio Doce: essa região tem uma economia diversificada, com destaque para a mineração, agricultura e pecuária. As contas públicas podem ser impactadas pelas oscilações nos preços das commodities minerais.

xii- Zona da Mata: sua economia é diversificada, com destaque para agricultura, indústria e serviços. As contas públicas são relativamente estáveis, mas há desafios em relação à infraestrutura e ao acesso a serviços públicos nas áreas rurais.

Cada mesorregião tem suas próprias demandas e desafios para o gerenciamento das contas públicas. O Estado de Minas Gerais precisa considerar essas particularidades ao planejar políticas fiscais e sociais, garantindo uma distribuição justa e eficaz dos recursos para atender às suas necessidades.

A mesorregião com maior área em Km² é o Norte de Minas com 128.453,13 Km², seguido por Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas respectivamente. Campo das Vertentes possui a menor área do Estado, com apenas 12.582,55 Km² (IMRS, 2022). No que se refere à população, os dados demonstram que a maior parte da população se encontra na região Metropolitana de Belo Horizonte, que conta com 6.580.569 habitantes no total, em segundo lugar tem-se o Sul e Sudoeste de Minas com mais de 2,5 milhões de habitantes e em terceiro o Triângulo Mineiro, com 2,4 milhões. Vale do Mucuri representa a região com menor população, cerca de 367 mil pessoas, o Noroeste tem a segunda menor população com 389 mil habitantes, sendo que esta é também a mesorregião com o menor número de municípios (IMRS, 2022).

Reforçando a caracterização mesorregional, dados divulgados pela plataforma do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), trazem informações importantes acerca das principais atividades econômicas, e do Produto Interno Bruto (PIB) de cada cidade e mesorregião de Minas e do Brasil. A partir da soma do Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada atividade em todos os municípios de cada mesorregião, foi possível obter as atividades com maior VAB em cada mesorregião. Percebe-se que os Serviços são responsáveis pela maior parte do VAB em 83% das mesorregiões do Estado, apenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Noroeste de Minas que a situação é diferente, sendo que na primeira a predominância é da Indústria, e na segunda da Agropecuária. Em segundo lugar está a Indústria em 58% das Mesorregiões do Estado, sendo que na segunda posição aparecem também as atividades da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social que foram destaque também no Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri representando a atividade com segundo maior VAB nessas regiões. Os Serviços ficaram em segundo lugar no Noroeste e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ao observar as atividades com maior VAB dos municípios, sem considerar os valores totais, percebe-se que a maior parte das cidades de cada Mesorregião do estado de Minas Gerais tem a

atividade da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social como principal fonte de VAB. Tal fato ocorre em 67% das mesorregiões, mas cita-se como exemplo Jequitinhonha e Vale do Mucuri, onde cerca de 80% dos municípios apresentam essa condição. A Agricultura é destaque nos municípios da Região Noroeste (68% dos municípios) e no Triângulo Mineiro (45%), na Região Oeste, Sul e Sudoeste prevalecem os Demais Serviços (IBGE, 2021).

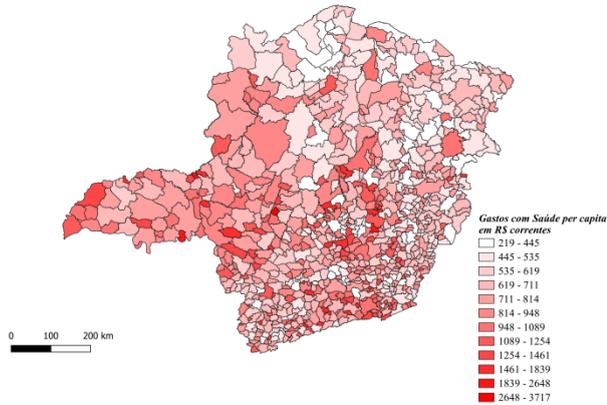
No que se refere ao PIB é notório o destaque da Região Metropolitana de Belo Horizonte com maior valor, cerca de R\$ 367 bilhões de reais em 2021 de acordo com o IBGE, sendo que a cidade com maior PIB é Belo Horizonte, capital do Estado, o maior PIB *per capita* está em Catas Altas. Em seguida tem-se o Triângulo Mineiro e o Sul e Sudoeste de Minas, cujas cidades com maior PIB são Uberlândia e Extrema, respectivamente. A seguir serão apresentadas as regiões com maior PIB em ordem decrescente e suas cidades com maior participação nesse valor. Em Zona da Mata, destaca-se Juiz de Fora, em relação ao PIB *per capita* o destaque é Rodeiro, em seguida no Vale do Rio Doce está Ipatinga com maior PIB, e Antônio Dias com maior valor *per capita*. Na Região Norte o *outlier* em termos de maior PIB concentra-se em Montes Claros por ser uma das cidades mais industrializadas da região, mas ao contrário do que se imaginava o maior PIB *per capita* encontra-se em Riacho dos Machados.

Em relação às mesorregiões Oeste, Noroeste, a Central Mineira e Campo das Vertentes, tem-se destaque nos municípios de Divinópolis, Paracatu, Três Marias e Barbacena, com maior PIB em valor absoluto, e para Conceição do Pará, Guarda-Mor, novamente Três Marias e Ressaquinha com maior representação do PIB *per capita*. O menor PIB está no Jequitinhonha e Vale do Mucuri, sendo estas as regiões com maior número de municípios com maior VAB proveniente da atividade pública. As cidades que se destacam nessa região são Diamantina e Teófilo Otoni (IBGE, 2021).

Em relação às variáveis de caráter social, utilizou-se a base do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), o qual resulta de um conjunto de informações que possibilitam a compreensão da responsabilidade social na gestão pública estadual. O índice é composto por 32 indicadores, em 5 dimensões: Educação, Saúde, Saneamento e Meio Ambiente, Vulnerabilidade e Segurança Pública. Para efeitos deste estudo, objetivando observar a gestão social das contas mesorregionais do Estado de Minas Gerais, serão apresentados os destaques das Mesorregiões nas Dimensões Saúde e Educação, através da média do IMRS Saúde que busca apresentar “as condições em que a população se encontra, no município, num dado momento, e os esforços do poder público traduzidos em ações, na oferta de bens, serviços, estruturas e equipamentos de modo a alcançar os objetivos das políticas de saúde” (FJP, 2020, p.2) percebe-se que o melhor resultado obtido foi no Triângulo Mineiro com um índice de 0,77, seguido por Sul e Sudoeste, Noroeste e Central Mineira com 0,74. O menor valor foi obtido pelo Vale do Mucuri com 0,66 sendo esta a região também com menor PIB. Já a média do IMRS Educação dos municípios que retrata “a situação educacional por meio do grau de escolaridade da população, do acesso ao sistema educacional, do fluxo dos alunos entre os anos escolares e da qualidade da educação básica” (FJP, 2020, p.1), o melhor indicador foi obtido na região Noroeste com 0,64, e o pior mais uma vez foi observado no Vale do Mucuri 0,58 (IMRS, 2020).

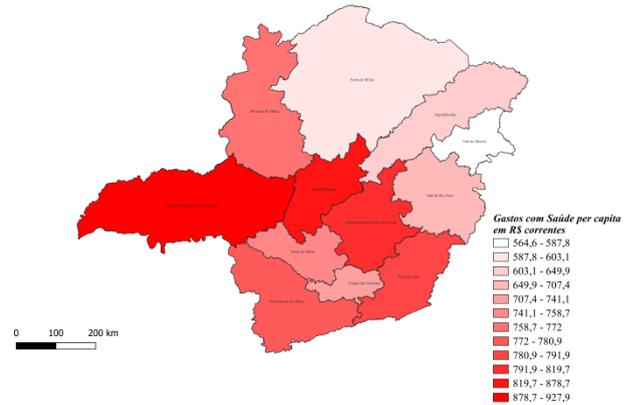
A seguir são apresentadas a ilustração das variáveis de caracterização do espaço mesorregional de Minas Gerais. Para essa finalidade, elaborou-se mapas com o objetivo de fazer um comparativo dos gastos com saúde (Mapas 1 e 2), educação (Mapas 3 e 4), PIB (Mapas 5 e 6) e Repasses (Mapas 7 e 8) sob a perspectiva municipal, e por mesorregião, considerando a divisão regional do IBGE, conforme apresentado ao início desta seção. O objetivo consiste em verificar as características de cada município em sua respectiva mesorregião, em relação às variáveis de interesse do estudo: renda *per capita*, saúde e educação.

Mapa 1. Saúde per capita por Município 2015-2020



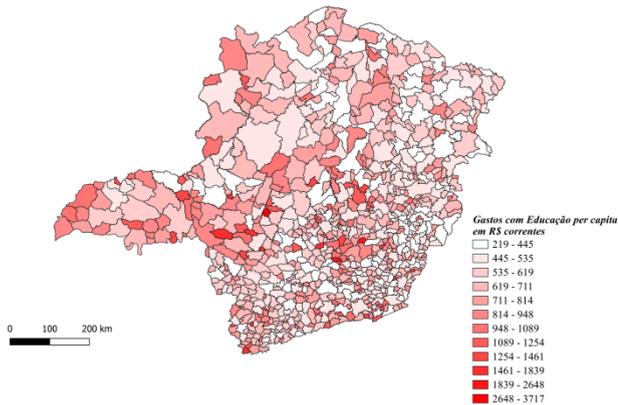
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IMRS.

Mapa 2. Saúde per capita por Mesorregião 2015-2020



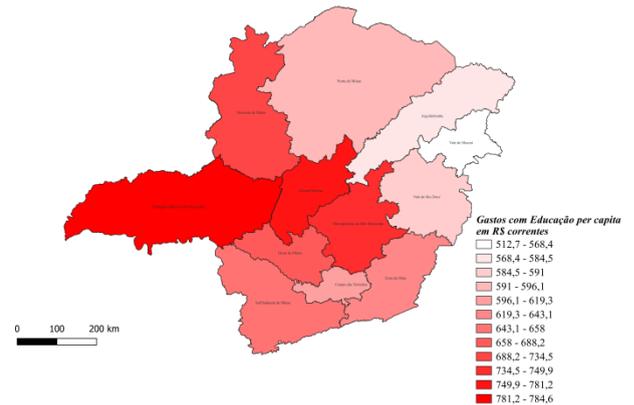
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IMRS.

Mapa 3. Educação per capita por Município 2015-2020



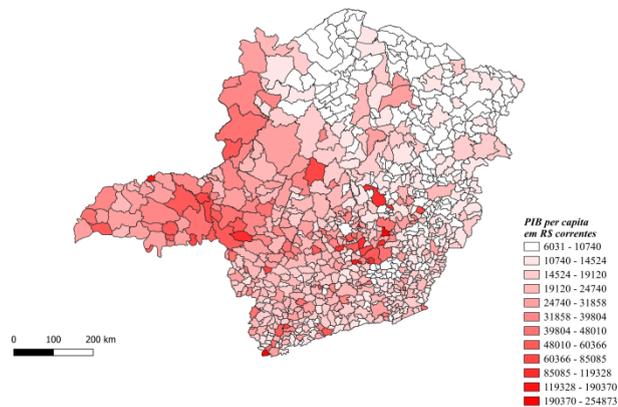
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IMRS.

Mapa 4. Educação per capita por Mesorregião 2015-2020



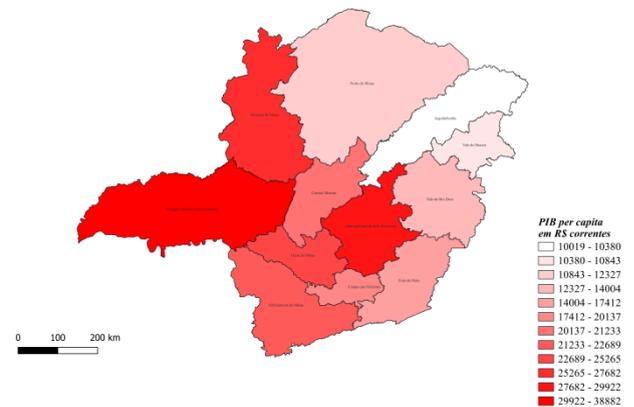
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IMRS.

Mapa 5. PIB per capita por Município 2015-2020

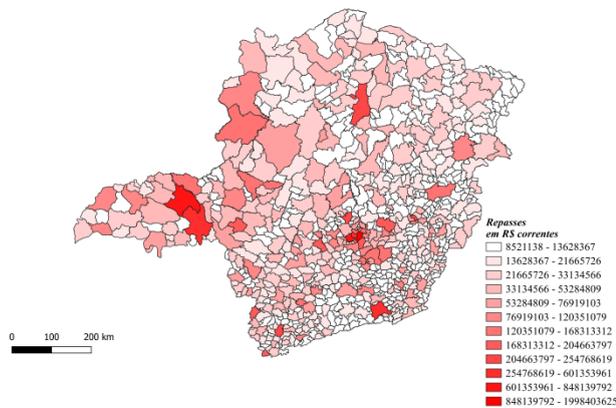


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

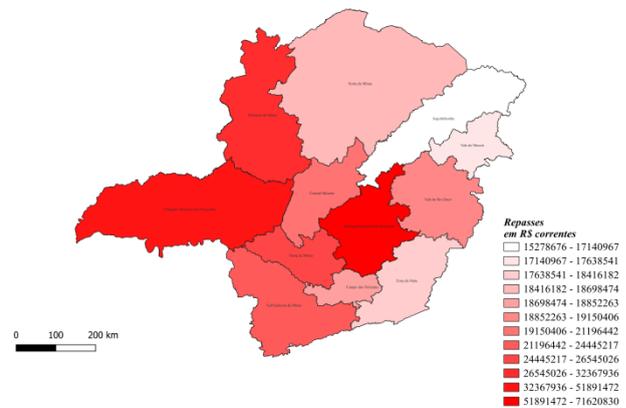
Mapa 6. PIB per capita por Mesorregião 2015-2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Mapa 7. Repasses por Município 2015-2020

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência e Tesouro Nacional.

Mapa 8. Repasses por Mesorregião 2015-2020

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência e Tesouro Nacional.

Os mapas demonstram os municípios e mesorregiões com maior e menor gasto com Saúde e Educação *per capita*, maior e menor PIB *per capita* e maior e menor repasses por meio do método de cores graduadas, em que um intervalo de cores representa uma progressão de valores numéricos. Percebe-se que realmente existem similaridades entre os municípios das mesorregiões, exceto por alguns *outliers* em casos excepcionais como Montes Claros na Região Norte em alguns indicadores, cita-se como exemplo os repasses por municípios.

Percebe-se uma tendência de valores e indicadores menores nas mesorregiões Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce. Com destaque negativo para Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Tendência contrária é observada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira e Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esta última inclusive tem resultados maiores evidenciados por alguns municípios como Belo Horizonte, Betim e Contagem, estes se destacam pelo alto nível de industrialização.

3.2- Metodologia de análise empírica dos dados

A pesquisa objetiva analisar com base nos indicadores de crescimento, educação e saúde, a relação entre o desenvolvimento e a evolução dos repasses fiscais por parte dos municípios das mesorregiões de Minas Gerais no período entre 2015 e 2020. A abordagem utilizada é quantitativa e qualitativa, baseada na observação dos dados sobre as mesorregiões em relação às transferências do Estado e da União. Foram selecionadas as 12 mesorregiões do estado definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado foi selecionado por incluir mesorregiões, compostas por municípios com diferentes características econômicas e sociais, o que permite uma análise acerca do desenvolvimento em diferentes perspectivas, considerando os indicadores observados. O período de 2015 a 2020 foi selecionado devido a disponibilidade de dados. A pesquisa é considerada documental, todos os dados utilizados foram acessados e coletados de sites oficiais dos governos Federal e Estadual. Os dados a respeito dos gastos com saúde e educação *per capita* foram retirados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS da FJP, os valores de transferências Estaduais foram retirados do Portal da Transparência do Estado, e os valores das transferências da União do Tesouro Nacional.

As informações referentes ao PIB, PIB *per capita*, e VAB das atividades econômicas foram obtidas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, especificamente do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Sendo utilizada a Tabela 5938 – Produto Interno Bruto dos

Municípios. Para proceder à categorização das mesorregiões do Estado, foram elaborados mapeamentos: de acordo com a perspectiva do IBGE, tanto por mesorregião quanto por municípios, com o objetivo de traçar um paralelo entre ambos sob a ótica dos gastos com Saúde e Educação *per capita*, PIB *per capita* e Repasses recebidos.

Para tanto, foram utilizados os *shapefiles* disponibilizados no Portal de Mapas do IBGE⁷, e o mapeamento foi feito através do programa de mapeamento de políticas públicas - QGIS⁸. Para o mapeamento por municípios utilizou-se o *shapefile* dos municípios mineiros de 2022, foi feita uma média de 2015 a 2020 de todas as variáveis por município, importante ressaltar que os repasses representam a soma dos valores recebidos em nível Federal e Estadual anualmente. No QGIS para elaboração dos mapas categorizados optou-se pelo modo “Quebra Natural – (Jenks)” em 12 classes (tendo em vista o objetivo de traçar um paralelo entre as 12 mesorregiões). Em relação ao mapeamento por mesorregião, utilizou-se o *shapefile* das mesorregiões de 2022, para construção dos mapas graduados calculou-se a média das variáveis de todos os municípios pertencentes a cada mesorregião em todos os anos. No QGIS optou-se pelo modo “Igual Contagem (Quartil)”, também em 12 classes.

Foi realizada uma análise descritiva dos dados, a análise foi feita com base na média obtida das variáveis. Ademais, utilizou-se o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson para verificar se existe relação linear entre duas variáveis, sendo elas o PIB e as transferências para cada mesorregião. O coeficiente **R** varia de 1 a -1, em que 1 representa correlação positiva e perfeita, 0 a ausência de correlação e -1 uma correlação perfeita e negativa. Quando o coeficiente calculado encontra-se acima de 0,70, a correlação é considerada forte e positiva. Os dados foram tabulados através do Microsoft Excel e demonstrados em tabelas e gráficos.

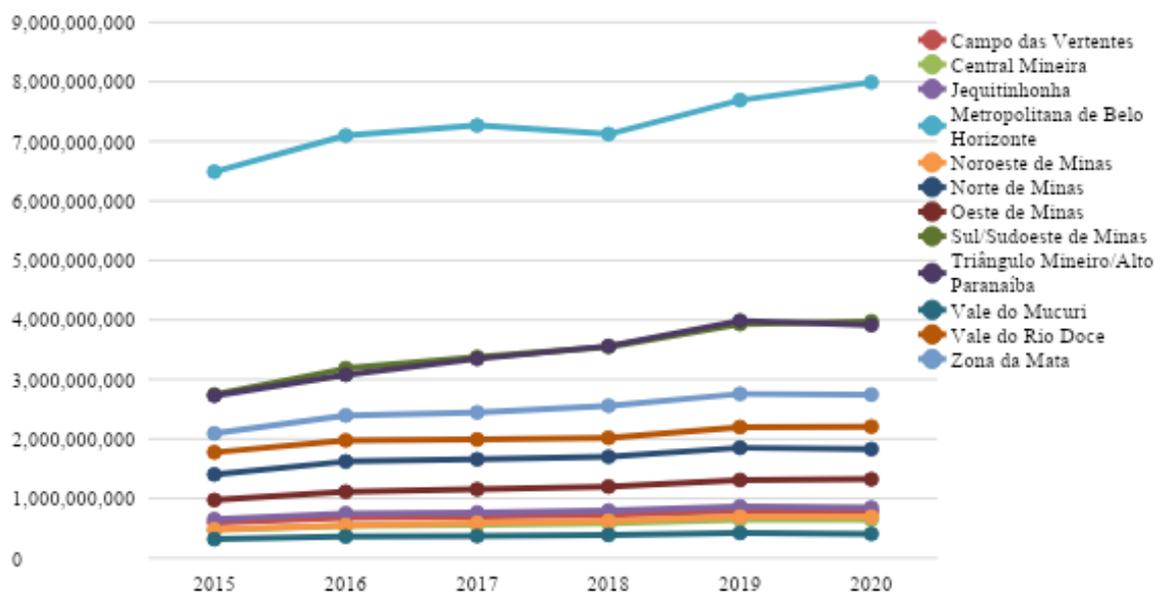
3.2.1- Resultados e Discussão

A discussão dos resultados objetiva analisar com base nos indicadores de crescimento, educação e saúde, a evolução entre os repasses do governo de Minas Gerais, e o PIB das mesorregiões mineiras, bem como a relação desses repasses e os investimentos dessas regiões em variáveis de saúde e educação. A Figura 1 apresenta a evolução anual das transferências da União e Estado para as mesorregiões mineiras, representadas pela soma das Cotas de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI Importação, e pelo Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Foram somadas as transferências recebidas por cada município das mesorregiões em análise.

⁷Portal de Mapas do IBGE: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>.

⁸QGIS: <https://qgis.org/en/site/>.

Figura 1. Evolução anual das transferências da União e Estado para as Mesorregiões mineiras no período de 2015 a 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os dados apresentados na Figura 1 demonstram que em quase todos os anos houve um aumento médio das transferências para as mesorregiões estudadas, destaca-se o período entre 2015 e 2016 em que houve a maior variação positiva do período analisado, 13,91%, entre o ano de 2019 e 2020 os repasses sofreram uma queda de 0,36%, fato que pode ter sido motivado pela pandemia da Covid-19 em 2020. Nesse período houve queda da arrecadação pública, e as transferências para os municípios foram feitas de forma extraorçamentária. No gráfico apresentado é notório que a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte é a que recebe maior volume de repasses tanto da União quanto do Estado, é importante ressaltar que a mesma inclui 105 municípios, dentre eles estão Belo Horizonte, Contagem e Betim que representam *outliers* por se tratarem de municípios altamente industrializadas e com PIB superior à média da mesorregião e do Estado de modo geral, em seguida tem-se as mesorregiões Sul e Sudoeste, e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Em contrapartida, as mesorregiões que menos receberam repasses foram Noroeste e Vale do Mucuri, ambas conjuntamente representam apenas 42 municípios que têm em geral PIB inferior à média do Estado.

Os dados mostram que assim como os repasses, os Gastos *per capita* com saúde apresentaram aumento em todos os anos, em especial entre 2019 e 2020, com um percentual superior a 18%, o que pode ser também consequência da crise sanitária citada anteriormente, ocorrida no período, que elevou a demanda por serviços de saúde e medicamentos em todo o país. A Tabela 1 traz as duas mesorregiões com maiores e menores gastos com saúde e educação *per capita*, apresentando também seus respectivos valores em PIB *per capita* e repasses.

Tabela 1. Mesorregiões com maior e menor gasto per capita com Saúde e Educação em relação aos repasses e ao PIB per capita no período de 2015 a 2020 em reais (R\$ 1,00)

Ano	Saúde	PIB per capita	Repasses	Educação	PIB per capita	Repasses
2015	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	32.878,59	2.726.778.804,30	Central Mineira	18.182,57	468.336.293,83
	Metropolitana de Belo Horizonte	23.118,09	6.488.814.249,80	Metropolitana de Belo Horizonte	23.118,09	6.488.814.249,80
	Jequitinhonha	8.843,12	650.562.586,98	Jequitinhonha	8.843,12	650.562.586,98
	Vale do Mucuri	9.222,47	315.508.676,10	Vale do Mucuri	9.222,47	315.508.676,10
2016	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	37.305,90	3.078.535.638,03	Central Mineira	19.890,57	538.604.941,28
	Central Mineira	19.890,57	538.604.941,28	Noroeste de Minas	25.431,78	552.417.891,04
	Jequitinhonha	23.551,89	749.588.825,18	Jequitinhonha	23.551,89	749.588.825,18
	Vale do Mucuri	9.706,80	362.043.398,58	Vale do Mucuri	9.706,80	362.043.398,58
2017	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	37.928,20	3.345.866.048,61	Central Mineira	19.173,66	553.459.188,99
	Central Mineira	19.173,66	553.459.188,99	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	37.928,20	3.345.866.048,61
	Jequitinhonha	27.485,69	763.937.769,72	Jequitinhonha	27.485,69	763.937.769,72
	Vale do Mucuri	9.710,81	369.160.654,77	Vale do Mucuri	9.710,81	369.160.654,77
2018	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	39.217,91	3.558.601.553,65	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	39.217,91	3.558.601.553,65
	Central Mineira	21.056,15	579.621.324,69	Central Mineira	21.056,15	579.621.324,69
	Jequitinhonha	30.247,27	796.679.182,19	Jequitinhonha	30.247,27	796.679.182,19
	Vale do Mucuri	10.293,51	388.870.375,84	Vale do Mucuri	10.293,51	388.870.375,84
2019	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	39.832,47	3.986.244.356,46	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	39.832,47	3.986.244.356,46
	Central Mineira	21.832,86	643.280.725,34	Central Mineira	21.832,86	643.280.725,34
	Jequitinhonha	34.691,07	865.043.105,84	Jequitinhonha	34.691,07	865.043.105,84
	Vale do Mucuri	11.027,19	422.009.517,98	Vale do Mucuri	11.027,19	422.009.517,98
2020	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	46.129,60	3.913.147.768,90	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	46.129,60	3.913.147.768,90
	Central Mineira	25.020,79	643.253.684,96	Central Mineira	25.020,79	643.253.684,96
	Norte de Minas	13.136,48	1.829.256.322,79	Jequitinhonha	11.746,92	847.001.799,02
	Vale do Mucuri	12.512,96	406.004.662,29	Vale do Mucuri	12.512,96	406.004.662,29

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Em relação à saúde, percebe-se que as mesorregiões com maior gasto possuem PIB *per capita* superior à média calculada e no caso do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, repasses também superiores. Destaca-se esta última em todos os anos como a que mais investe em saúde, estando ela também, conforme já citado, entre as que mais receberam transferências dos entes federados superiores. A região Metropolitana de Belo Horizonte somente apareceu entre os maiores gastos em 2015, primeiro ano da análise. Em todos os anos, Jequitinhonha e Vale do Mucuri aparecem com menor investimento em saúde, no período analisado, exceto em 2020, quando o Norte de Minas entrou na lista de menores investimentos, conforme apresentado na Tabela 1. É importante ressaltar que, em praticamente todos os anos, essas mesorregiões obtiveram PIB *per capita* e repasses abaixo da média das demais.

No que tange aos gastos com educação, houve uma oscilação dos investimentos entre os anos da análise. Entre 2019 e 2020, por exemplo, os gastos apresentaram queda de 4,45% na média de todas as mesorregiões. A Tabela 1 também destaca Jequitinhonha e Vale do Mucuri, assim como no caso dos gastos relativos à saúde, como as mesorregiões que menos investem em educação, sendo esta última, a que apresentou maior queda em 2018 e 2020, 4,96% e 11,24%, respectivamente. Já os maiores gastos estão concentrados, majoritariamente, nas mesorregiões Central e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Interessante apontar a presença do Noroeste de Minas em 2016, entre as regiões com maiores gastos, visto que, neste mesmo ano os repasses recebidos pela mesma, foram inferiores à média do Estado.

A Tabela 2 traz as doze mesorregiões do estado de Minas Gerais. O coeficiente de correlação foi calculado através da média tanto do PIB como das transferências do período em análise, os resultados obtidos demonstram que a correlação para todas as mesorregiões é considerada forte e positiva para os autores, visto que foi superior à 0,8, ou seja, à medida que o PIB cresce, as

transferências também aumentam.

Tabela 2. Correlação por Mesorregião 2015-2020

Mesorregião	Correlação	R ²
Campo das Vertentes	0,8530	72,760%
Central Mineira	0,8529	72,742%
Jequitinhonha	0,8003	64,045%
Metropolitana de Belo Horizonte	0,8004	64,062%
Noroeste de Minas	0,8001	64,015%
Norte de Minas	0,8009	64,140%
Oeste de Minas	0,8032	64,505%
Sul/Sudeste de Minas	0,8004	64,065%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,8009	64,150%
Vale do Mucuri	0,8037	64,592%
Vale do Rio Doce	0,8004	64,067%
Zona da Mata	0,8004	64,070%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Vale ressaltar as mesorregiões Campo das Vertentes e Central Mineira, pois apresentaram maior coeficiente de correlação. As mesorregiões Noroeste de Minas e Jequitinhonha apresentaram os menores coeficientes. O R² demonstra quanto a variação do PIB explica a variação das transferências. Nota-se que o R², em todas as mesorregiões, foi superior a 60%, ou seja, em todas as mesorregiões a variação no PIB destas explica mais de 60% da variação nas respectivas transferências recebidas.

A Tabela 3 demonstra a correlação anual considerando os valores das transferências e do PIB de todas as mesorregiões, onde foi calculado o coeficiente para cada ano utilizando dados de todas as 12 mesorregiões. Para todos os anos, verificou-se uma correlação superior a 0,9, considerada positiva e forte.

Tabela 3. Correlação anual

Ano	Correlação	R ²
2015	0,9846	96,941%
2016	0,9827	96,569%
2017	0,9841	96,841%
2018	0,9779	95,621%
2019	0,9768	95,421%
2020	0,9813	96,291%
Média	0,9812	96,280%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Ademais, a média dos coeficientes de correlação de todos os anos foi 0,9812. O ano de 2015, foi o que apresentou maior coeficiente R, e 2019 apresentou o menor. No que tange o R², este foi superior a 95% em todos os anos, e o valor médio entre os anos resultou em um R² de 96,28%. Em todos os anos, a variação nos PIB de todas as mesorregiões explicam, em média, 96,28% na variação das transferências das mesorregiões.

Deve-se destacar a importância do PIB para o crescimento dessas mesorregiões, as quais em maior ou menor volume, têm evolução em sua renda correlacionada positivamente aos repasses dos entes federados. Por outro lado, as transferências em saúde e educação, reforçam as disparidades regionais observadas na reprodução de renda das mesorregiões de Minas Gerais, dado que localidades com menor PIB *per capita* em geral, são aquelas que apresentam menores transferências em saúde e de forma mais acentuada em relação à educação. Há um grau de correlação positiva portanto entre

renda e transferências, reproduzindo o ciclo virtuoso nessa relação, por outro lado, o ciclo vicioso entre as transferências do governo e a evolução dos indicadores de saúde educação, demonstram ser evidentes, reproduzindo desigualdades sociais tanto entre as mesorregiões de Minas Gerais, quanto entre seus municípios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo analisar a evolução das transferências governamentais e os gastos com saúde e educação das mesorregiões do Estado de Minas Gerais. Foi possível perceber ao traçar um paralelo dos municípios com a perspectiva do IBGE, no que se refere a divisão dos municípios em mesorregiões, que realmente os municípios que compõem cada uma das mesorregiões guardam similaridades entre si na maioria dos casos estudados. Os resultados demonstraram que em praticamente todos os anos houve um aumento tanto dos repasses, como dos gastos em saúde entre as mesorregiões analisadas, em relação à educação os dados oscilaram.

O período entre 2019 e 2020 foi destaque em todos os pontos analisados: na redução no volume de repasses, aumento dos gastos com saúde, e diminuição dos gastos com educação. O que pode ser explicado pela crise sanitária e econômica da Covid-19, que provocou impactos em todos os setores tanto do país, como do mundo. Destaca-se a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte como a que mais recebeu repasses da União e Estado, já o Jequitinhonha e Vale do Mucuri são sempre apontados como destaques negativos tanto em recebimento de repasses como em investimentos em saúde e educação.

De modo geral, é possível inferir que as mesorregiões com maiores gastos com saúde e educação possuem PIB *per capita* e repasses superiores à média do Estado, como Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sendo que o contrário também é verdadeiro. Tal relação entre PIB e Repasses foi evidenciada pelo cálculo do Coeficiente de Correlação que apresentou resultado considerado “forte” e positivo em todas as mesorregiões e em todos os anos. Ademais, com o cálculo foi possível demonstrar o potencial explicativo entre as variáveis, na média geral anual a variação do PIB tem poder explicativo superior a 95% na variação das transferências. São necessários estudos mais aprofundados a fim de evidenciar essa relação e favorecer a prática de políticas públicas voltadas para a gestão dos recursos públicos visando o desenvolvimento econômico regional.

Em perspectiva do desenvolvimento mesorregional de Minas Gerais, dada a eficiência das contas públicas e transferências do governo, verifica-se que o estado não atende a sua condição de bem estar social, dado que embora os repasses sejam crescentes, acompanhando o crescimento do produto dessas regiões, variáveis sociais de bem estar, como saúde e sobretudo educação, não têm evoluído na mesma tendência da relação entre os repasses e a renda. Logo pode-se inferir que o bem estar social, em perspectiva clássica ainda é equidistante no caso de Minas Gerais, para que haja eficiência de suas contas públicas. Ao mesmo tempo, verifica-se que em uma condição de curto prazo, a renda pode ser a variável de maior interesse, na perspectiva dos repasses públicos, o que de certa forma reforça a existência da eficiência fiscal das contas públicas do Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- ALESINA, A.; FAVERO, C., & GIAVAZZI, F. **Austerity: When It Works and When It Doesn't** [Austeridade: quando funciona e quando não funciona]. Princeton: Princeton University Press, 2019.
- BESLEY, T.; PERSSON, T. **Pillars of Prosperity: The Political Economics of Development Clusters** [Pilares da Prosperidade: A Economia Política dos Clusters de Desenvolvimento]. Princeton: Princeton University Press, 2023.
- BLANCHARD, O.; ILLING, G. **Macroeconomics and Keynesian Economics** [Macroeconomia e Economia Keynesiana]. 7ª ed. {Local}, Pearson, 2019.
- BOHN, H. Sustainability and the Cost of Structural Budget Deficits [Sustentabilidade e o custo dos défices orçamentais estruturais]. **Economic Studies Journal**, v. 3, n. 2, p. 1-23, 2018.
- BORSATTO, G. G.; ZAMBALDI, F. (2018). O papel do Estado na promoção do desenvolvimento regional: uma análise crítica. **Revista de Economia Política**, 38(4), 828-842.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2023
- BRASIL. Tesouro Nacional Transparente. **Transferências a Estados e Municípios**. [Brasília]: Tesouro Nacional. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- CAETANO, C.; ÁVILA, L.; TAVARES, M. A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais. **Revista De Administração Pública**, v. 51, n.5, p. 897-916, 2017. DOI: 10.1590/0034-7612174433. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/ykQZM8dBwM7BJkkdjLBzggD/?lang=pt#>>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- CARDOSO, J. M.; SANTOS, P. R. Políticas públicas e eficiência social: Uma análise das políticas brasileiras de combate à pobreza. **Revista Brasileira de Economia Social**, 11(3), 154-171, 2021.
- CARVALHO, P. R.; LIMA, M. S. Política Fiscal e Responsabilidade Social: Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Políticas Públicas**, 15(1), 78-93, 2022.
- FERREIRA, M. S.; OLIVEIRA, L. P. O Estado e a eficiência econômica: Uma abordagem sobre políticas públicas para o desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, 42(1), 98-112, 2022.
- FJP. **Divisão Regional de Minas Gerais**. Belo Horizonte. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglcfindmkaj/http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=56300&codUsuario=0>>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- FJP. **O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Dimensão: Saúde**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- FJP. **O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Dimensão: Educação**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 09 abr. 2024.

GALVARRO, Maria del P. S. Q. S. et al. Disparidades regionais na capacidade de arrecadação dos municípios do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Administração**, v.8,n.1,p.17-48, jan./mar. 2009.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. D. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Tabela 5938 - Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 8 abr. 2024.

IBGE. **Censo Agro 2017**. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/16163-divisoes-regionais-do-brasil-1-5-000-000-divisoesregionaisdobrasil.html>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

IMRS. Dados do Instituto Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS. FUNDAÇÃO **João Pinheiro**, 2023. Disponível em: <<https://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas>>. Acesso em: 06 dez. 2023.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução: Mario R. da Cruz. São Paulo, Nova Cultural, 1936.

MANKIWI, N. G. **Macroeconomics** [Macroeconomia]. 10ª ed. Nova Iorque, Worth Publishers, 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: Foco na Política Fiscal, no Planejamento e Orçamento Público**. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda. **Assuntos Municipais**. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/repasse_receita/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLIVEIRA, M. A. Descentralização administrativa e fiscal: Desafios para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, 10(1), 53-70, 2020.

PEREIRA, A. C.; COSTA, J. F. O Estado e a Responsabilidade Social: Uma análise das políticas públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Economia e Políticas Sociais**, 9(2), 34-46, 2023.

PIKETTY, T. **Capital e Ideologia**. Tradução: Maria de Fátima Oliva Do Coutto. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

PIRES, R. S.; CAMPANÁRIO, L. Políticas de desenvolvimento territorial: uma análise da atuação do Estado no Brasil. **Revista de Desenvolvimento Regional**, 18(2), 123-140, 2022.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo, Abril Cultural, 1817.

RODRIGUES, A. C. Eficiência econômica e social: O papel do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável. **Revista de Políticas Públicas Contemporâneas**, 15(2), 33-47. 2023.

RODRIGUES, D. et al. Influência do fundo de participação dos municípios e da responsabilidade fiscal no nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. **Revista**

Contemporânea De Contabilidade, v. 18, n. 49, p. 22-37, 2021. DOI: 10.5007/2175-8069.2021.e78922. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/78922/48077>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SILVA, F.; QUINTELA, M.; VIEIRA, N. Perfil Orçamentário de Pequenos Municípios: O Caso do Município de Ladainha – MG. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 4, n. 2, p. 160-182, 2018. DOI: 10.20401/rasi.4.2.207. Disponível em:

<<https://www.rasi.vr.uff.br/index.php/rasi/article/view/207>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SILVA, R. G.; SANTOS, L. P. Responsabilidade Fiscal e Estabilidade Econômica: Uma Abordagem Contemporânea. **Revista de Economia Política**, 41(1), 162-178, 2021.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. Tradução: Maria Teresa Lemos de Lima. São Paulo, Abril Cultural, 1776.

SILVA, R. N. A importância da estabilidade macroeconômica para a eficiência econômica e social. **Revista Brasileira de Economia Contemporânea**, 9(1), 15-28, 2023.

STIGLITZ, J. E., & ROSENGARD, J. K. **Economics of the Public Sector** [Economia do Setor Público]. 4ª ed. Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 2015.

TANZI, V.; SCHUKNECHT, L. **Public Spending in the 20th Century** [Gastos Públicos no Século XX]. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

VIEIRA, M. A. et al. Efeitos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Brasileiros. **Anais do Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade**, v.8, 2017, Rio de Janeiro.